

RELATÓRIO DO GRUPO DO SECTOR FINANCEIRO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

No decurso de 2007, o desempenho do sector financeiro foi positivo, não obstante o atraso registado no cumprimento das metas em relação aos objectivos do QAD. (i) o processo visando a implementação das IFRS no sistema bancário foi concluído mas com atraso, o que ditou o início tardio na sua implementação; (ii) o Estudo Actuarial do Sistema de Segurança Social e a Estratégia de Investimento foram concluídos; (iii) a revisão do Regime de Garantias Financeiras e o Regulamento sobre os Fundos de Pensões Privadas foram concluídos.

O sector bancário teve um desempenho positivo, que se caracterizou por: (i) uma variação de 17.3% do crédito nominal em 2007 contra os 32% registados em 2006; (ii) o rácio de solvabilidade do sector bancário em 2007 foi de 14,21% contra os 12,56% registado em 2006%; (iii) o rácio crédito vencido/crédito total passou de 3.26% em 2006 para 2.62% em 2007; e (iv) uma redução bastante tímida do spread das taxas de juro para 10,51% contra os 10,62% registados em 2006.

O Banco Central procedeu a elaboração de um estudo sobre o Custo de Intermediação Financeira, o qual concluiu que os elevados custos dos serviços financeiros não se justificam.

O número de balcões do sistema bancário passou de 231 para 275 em 2007. O baixo nível de bancarização da nossa economia, sobretudo nos distritos continua a ser a grande preocupação, pois, em termos de cobertura geográfica, a rede bancária cobre apenas 33 distritos dos 128 existentes no país, contra os 28 registados em 2006.

Até 2007, foram instalados no país 3 645 POS e 431 ATM, o que reflecte o esforço do sistema bancário em expandir os serviços financeiros para um número cada vez maior da população.

O sector de microfinanças caracterizou-se por um bom desempenho. O número de clientes aumentou em 53% a carteira de crédito em 67% . A carteira em risco passou de 1,5% em 2006. para 3,02% em 2007.

No concernente a segurança social em 2007, registou-se a inscrição de **2.585** contribuintes e **44.032** beneficiários, contra os **1.710** e **34.039** previstos. Em termos acumulados, registou-se a inscrição de **22.448** contribuintes e **689.953** beneficiários, dos quais estão no activo **10.467** contribuintes e **184.903** beneficiários. Referir que o sistema de segurança social cobre todo o país, num total de **11** Delegações Provinciais e **21** Direcções Distritais, para além de um significativo número de representações locais.

Ao nível dos distritos, o Fundo de Investimento de Iniciativas Locais (FIILP) arrancou. O FIILP é gerido pelas autoridades locais do Governo e disponibiliza fundos para a concessão de crédito a ser usado para investimentos produtivos. Sugerimos que esse assunto seja discutido durante o processo de Revisão Conjunta.

2 . DESEMPENHO – QAD 2007

- A implementação das IFRS no sector bancário decorre desde Outubro de 2007. – meta atingida, mas com atraso
- Estudo actuarial do Sistema de Segurança Social – meta atingida
- Estratégia de investimento do sistema de segurança social – meta atingida, mas com atraso.
- O regulamento sobre Fundos de Pensões Privadas , foi realizado e depositado no Conselho de Ministros – meta atingida
- Foi feita a revisão do Regime de Garantias Financeiras – meta atingida.

3 . DESEMPENHO DO SECTOR EM 2007

Sector Bancário:

Em 2007, verificou-se uma desaceleração do crescimento do crédito nominal ao sector privado comparativamente a 2006, tendo se situado em 17,3% contra os 32% registados em 2006 .Esta tendência prende-se com o cumprimento a letra do Aviso nº5/GGBM/2005, de 20 de Maio, sobre provisões especiais para operações de crédito em moeda estrangeira por um lado , e, com a reestruturação interna de determinados bancos na sequência da entrada de novos operadores no mercado. O rácio de solvabilidade do sector banário cresceu de 12,56% em 2006, para 14,21% em 2007 o que pressupõe uma reserva de capacidade de expansão do nível da actividade bancária relativamente superior ao registado no ano anterior. O rácio credito vencido/crédito baixou de 3.26% em 2006, para 2,62% em 2007, o que revela um grande esforço por parte do sector bancário no concernente a qualidade da carteira de crédito. O spread das taxas de juro registou uma ligeira redução, tendo passado de 10,62% em 2006 para 10,51% em 2007.

Em termos de agências bancarias, em 2007 atingiu-se a cifra de 275 contra os 231 registados em 2006, dos quais 54% se localizam na Cidade e Província de Maputo. Em termos de implantação ao nível dos distritos, registou-se uma expansão para mais 5 distritos elevando-se assim para 33 distritos. Paralelamente, a isto, as cooperativas atingiram a cifra de 11 balcões 6 na Cidade de Maputo, 3 em Maputo Província e 1 em Gaza e Tete respectivamente.

Foram licenciados em 2007, 2 bancos, 3 microbancos, 1 sociedade de locação financeira, 1 sociedade emitente ou gestora de cartões de crédito, 1 casa de câmbios, 15 operadores de microcrédito para além da autorização para a abertura de 45 agências de bancos das quais 24 foram abertas ao público até Dezembro de 2007. O Banco de Moçambique concluiu o processo de abertura de agências, com início das suas actividades em Pemba, Tete e Lichinga, no

âmbito do esforços tendentes a redução dos custos operacionais do sector bancário.

Problemas de ordem infraestrutural, ausência de negócio formal e predominância do negócio informal nas zonas rurais, aliados as dificuldades na obtenção de terrenos/espacos livres em locais /zonas estratégicas e o recurso a compra ou aluguer de edifícios, a morosidade no processo de licenciamento para a obtenção da autorização de construção, são alguns dos constrangimentos com que o sector bancário se debate para a expansão das suas actividades para fora dos grandes centros urbanos.

Sector de Microfinanças:

O sector microfinanceiro moçambicano teve um desempenho positivo em 2007, consubstanciado no seguinte: (i) crescimento do número de clientes em torno de 53 % em comparação ao ano 2006, (ii) crescimento da carteira de crédito em torno de 67 %, (iii) criação e licenciamento de novos operadores de microfinanças ,e, (iv) introdução de produtos inovadores tais como o banco móvel e o microcrédito para a agricultura e preparação do desenvolvimento dos serviços financeiros através do telemóvel.

Foram desenvolvidos notas técnicas para a supervisão de instituições de microfinanças. Foram realizadas duas importantes reuniões sobre microfinanças e finanças rurais, nomeadamente, a IV Conferência Nacional de Microfinanças e o Workshop Subregional da AFRACA este último, cujo tema foi “Innovations in addressing Rural Finance Challenges in Africa” Foi criada a Associação Mocambicana de Operadores de Microfinanças (AMOMIF) para representar os interesses da indústria microfinanceira.

INSS:

Visando o fortalecimento do sistema de segurança social de Moçambique, foram feitas as seguintes actividades (i) Estudo Actuarial do Sistema de Segurança Social, e, (ii) a Estratégia e Política de investimentos, com vista a implementação de melhores práticas de aplicação dos fundos do sistema.

IGS:

No âmbito da revisão da legislação do sector de seguros e desenvolvimento do quadro regulador dos fundos de pensões foram realizadas as seguintes actividades (i) revisão da Lei nº3/2003 e respectiva regulamentação; (ii) elaborada a proposta do regime jurídico do contrato de seguro; (iii)concluído o estudo sobre micro-seguro e apresentada a respectiva proposta de legislação; (iv) elaborada a Proposta de Decreto regulador dos fundos de pensões, e submetida ao Conselho de Ministros para apreciação e decisão; (v)elaborado o Projecto de Diploma Ministerial sobre a política de investimentos;e; (vi) elaborado o Projecto de Diploma Ministerial sobre o regime contabilístico aplicável aos fundos de pensões.

No âmbito da transição para as IFRS, foi elaborado o draft do Plano de Contas, o qual já foi apresentado e discutido com os operadores do mercado.

4. PERSPECTIVAS

Para o PAF 2008, o desenvolvimento do sector financeiro, deverá basear-se nas seguintes actividades:

- Fortalecer a infraestrutura do Sector Financeiro:melhorar continuamente o quadro legal e regulamentar, a supervisão do sector financeiro, modernizar a plataforma das transacções financeiras e assegurar a transparência e responsabilidade nos sistemas de pagamento, crédito e registo de propriedade.
- Promover o acesso do Sector Privado ao financiamento: Moçambique necessita de um sector financeiro que proporcione serviços financeiros acessíveis e sustentáveis às pequenas e médias empresas.
- Melhorar a qualidade de acesso aos serviços financeiros nas zonas rurais: .

Espera-se também, que na sequência da estratégia de bancarização da economia definida pelo BM, o sector bancário continue a expandir-se para os distritos, não obstante os constrangimentos de ordem infraestrutural existentes, que fazem com que as instituições se sintam incapazes de justificar o respectivo investimento do ponto de vista económico e financeiro, deixando de limitar a sua actividade às grandes cidades, bem como o licenciamento de operadores e instituições de microfinanças para as zonas rurais, no sentido de melhoramento da intermediação financeira incluindo aquela dirigida às micro, pequenas e médias empresas e agregados familiares sem acesso à banca comercial, e fortalecer a responsabilidade no sector bancário.

Continuar com os esforços tendentes a redução do custo de intermediação financeira, necessidade de criação de um “Credit Bureaux” que integra as instituições microfinanceiras.

Melhorar o sector de seguros e protecção social através das seguintes acções (i) expansão efectiva da informatização à escala nacional; (ii) conclusão do processo de implementação de redes de dados e corrente eléctrica limpa nas restantes delegações; (iii) alargamento da cobertura do sistema de pagamentos via POS, a maior número de pensionistas; (iv) incremento da cobrança da dívida de contribuições, através da melhoria da articulação com a Inspeção Geral do Trabalho; (v) continuação do processo de saneamento das contas de 2005 e 2006; (vi) avaliação financeira patrimonial ao BMI, nos termos das deliberações do Conselho de Administração; (vii) elaboração de uma politica de formação e desenvolvimento dos funcionários afectos às diversas áreas funcionais do instituto; e, (viii) estabelecimento do plano de transição para as IFRS no sector de seguros.

I - Constrangimentos da Actividade do Sector Financeiro

Expansão da Rede Bancária

Falta de infra-estruturas adequadas e de suporte fora dos principais centros urbanos, encarecendo muito a actividade bancária nestas zonas. A maior parte dos distritos e localidades rurais, enfrentam vários problemas de ordem estrutural, que dificultam a implantação da rede bancária, nomeadamente:

1. Falta de edifícios adequados ao desenvolvimento da actividade bancária;
2. Falta de meios de comunicação (telefone, Internet) com rede estável para a implementação das tecnologias informáticas em uso no sistema (Ligação On Line com os balcões, Rede ATM e POS's etc);
3. Falta de vias de acesso (Estradas de terra batida obsoletas e intransitáveis principalmente na época chuvosa) e longas distâncias a percorrer, aumentando consideravelmente os riscos de insegurança no transporte de valores;
4. Ausência de Negócio Formal e predominância de negócio informal adequado à micro - finanças;

Dificuldades em obter terrenos/espacos livres em locais/zonas estratégicas e o recurso a compra ou aluguer mostra-se muito oneroso, face aos valores elevados apresentados pelos vendedores/arrendatários dos mesmos. Os imóveis disponibilizados pelas estruturas locais (zonas rurais), encontram-se bastante degradados, alguns sem nenhuma possibilidade de recuperação.

O processo de licenciamento para a obtenção da autorização para a construção ou implantação dos balcões é muito burocrático e bastante moroso, comprometendo os prazos expectáveis para a abertura dos balcões.

Fraca capacidade dos empreiteiros locais em cumprirem com os prazos acordados e má qualidade dos trabalhos realizados, o que poderá forçar-nos, doravante, a estender os concursos para obras a empreiteiros de Maputo, encarecendo o custo das obras.

É de louvar o reflexo positivo da abertura das Agências do Banco de Moçambique nas principais capitais provinciais. Porém, é urgente que também se leve o Banco de Moçambique para a Província de Manica que, dado o volume de circulação fiduciária naquela zona, julgamos ser importante ter

também uma agência. Neste momento é a única no País que não tem representação do BdM.

É requerida maior intervenção do Banco de Moçambique a nível da circulação de moedas metálicas da nova família que, em algumas zonas do País e, sobretudo rurais, com existência ou não de operadores bancários, atravessa muita dificuldade em obter esse tipo de moeda.

Processo de conversão para os NIRF

Embora seja de louvar a abertura do Banco de Moçambique ao diálogo com os Bancos comerciais no que toque à implementação das NIRF, existem ainda alguns factores e pontos que requerem discussão e esclarecimento, notando-se uma demora nas respostas às questões colocadas.

Não foram acautelados factores importantes dependentes da legislação que não acompanhou as exigências do Banco de Moçambique, nomeadamente nas questões fiscais.

Outros Assuntos

Procedimentos ainda bastante burocráticos em alguns departamentos do sector público, dificultado o processo de registos e obtenção de documentos. Por exemplo, atrasos no processo de tramitação documental a nível das Conservatórias de Registo e Conselhos Municipais relativamente à obtenção dos respectivos documentos que comprovam o registo e a titularidade do imóvel, contribuindo assim para o atraso na formalização do crédito imobiliário.

Do lado dos Mercados, é de referir ausência da Facilidade Permanente de Depósito durante alguns períodos de tempo. Ao longo do último ano assistimos à ausência da abertura diária da janela de FPD por parte do Banco de Moçambique, levando a que os bancos incorressem em custos.

A contínua restrição de movimento de capitais e procedimentos de pagamentos ao exterior ainda bastante exigentes, sabendo que todos os dias os agentes económicos retiram divisas por caminhos menos claros, sem que haja o devido controlo e restrição.

A interpretação desadequada, por parte das autoridades fiscais, classificando a generalidade dos contratos de prestação de serviços de manutenção de sistemas informáticos como consubstanciando royalties, agravando-se assim os custos com estes serviços suportados pelos Bancos Moçambicanos.

II - Rácio de Permanência dos Depósitos à Ordem

O rácio de permanência dos depósitos a ordem é de 48,4%.

Proposta de indicadores para o sector de Micro-Finanças Grupo de Parceiros Internacionais para Finanças Rurais e Micro-Finanças (IPRMF)

Contexto:

O Governo de Moçambique (GoM) identificou as micro-finanças como um instrumento eficiente para a luta contra a pobreza e uma alavanca para o desenvolvimento, especialmente nas zonas rurais. Um dos objectivos financeiros indicados no plano quinquenal do Governo de Moçambique é a promoção da emergência de instituições financeiras especializadas em micro-finanças.

Por isso, o IPGMF reitera a necessidade de introduzir indicadores para uma melhor monitoria do desempenho no que concerne ao objectivo de “melhorar a intermediação financeira, incluindo aquela dirigida para as micro, pequenas e médias empresas e agregados familiares sem acesso aos bancos comerciais” indicado na matriz do PAF. Os indicadores propostos, abaixo apresentados, resultam de várias contribuições ao nível do IPRMF e foram seleccionados tendo em conta que são os mais adequados no actual contexto da indústria de micro-finanças em Moçambique.

Proposta de indicadores:

De acordo com o IPRMF, os indicadores mais adequados para avaliar o desenvolvimento do sector de micro-finanças em Moçambique seriam os seguintes:

1. Total da carteira de créditos das MFIs (Instituições de Micro-Finanças)/Total do crédito no sector bancueiro

O volume da carteira dos empréstimos dá uma boa ideia do desenvolvimento do sector de micro-finanças e, acima de tudo, da sua evolução para o alcance da sustentabilidade. O número de clientes nas MFIs por si só não reflecte melhoria da sustentabilidade: Algumas MFIs verificaram que o seu número de clientes reduziu mas a carteira de empréstimos de todo o sector está a expandir – devido ao surgimento de novas instituições no sector.

Fonte política:

- **Plano Quinquenal:** expandir os serviços financeiros ás zonas rurais
- **Política Nacional:**
 - Maior papel as IMF's na concessão de serviços financeiros
 - Maior papel banco comercial nas MF

2. Valor das poupanças de clientes de micro-finanças/Total das poupanças no sector bancário ou total da carteira de créditos das MFIs/Total das poupanças das MFIs

Este indicador, que complementa o primeiro, permite obter uma imagem mais completa da indústria de micro-finanças em Moçambique, tomando em consideração o desenvolvimento de poupanças de clientes de micro-finanças. Estes rácios são as mais importantes em que os regulamentos de Micro-finanças (aprovados e publicados em Dezembro de 2004) introduzem o direito de oferecer serviços de poupanças para as MFIs.

O segundo indicador (total da carteira de créditos das MFIs/Total de poupanças das MFIs) é interessante para avaliar a **sustentabilidade financeira** do sector.

Fonte política:

- **Decreto nº 57/2004:** Criação dos microbancos e Organizações de poupança e empréstimo para mobilizar poupanças.
- **Plano Quinquenal:** Prosseguir com medidas que contribuam para o aumento da poupança nacional.

3. Total de clientes das MFIs:

A inclusão do total de clientes das MFIs como indicador permite obter uma imagem mais completa do desenvolvimento do sector. A evolução do rácio 1 (total da carteira de créditos das MFIs/Total de crédito no sector bancário) por si fornece informação sobre a sustentabilidade do sector mas não indica o impacto social das micro-finanças.

Reiteramos que na luta contra a pobreza é muito importante aumentar o número de beneficiários das micro-finanças.

Fonte política:

- **Resolução 3/98 de 24 Fevereiro** do Conselho de Ministros estabelece o objectivo de 100.000 clientes para 2005 (2006 no QAD)